

## PROCESSOS FORMATIVOS QUE SE ENTRELAÇAM: DA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA AO COTIDIANO ESCOLAR

Rose Mary Castro de Oliveira Magdalena<sup>1</sup>  
Mairce da Silva Araujo<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho socializa uma pesquisa em andamento que está sendo desenvolvida no Mestrado em Educação: processos formativos e desigualdades sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro vinculada ao grupo de pesquisa Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Étnico-Raciais (ALMEFRE). A partir da questão inicial: Como me tornei professora? A pesquisa busca pensar a formação da professora nas/das classes populares em diferentes espaçostempos e campos de atuação: trabalho comunitário, alfabetização, EJA, ensino fundamental, sala de leitura, orientação pedagógica e gestão escolar. Em interlocução com os estudos de Freire (1996) que defende que “não há ensino sem pesquisa” e que “o ato pedagógico é um compromisso político”, a investigação de cunho qualitativo e narrativa, resgatou acontecimentos e memórias da trajetória de vida/docência da pesquisadora, atravessadas pelas histórias de duas favelas situadas no Estado do Rio de Janeiro: a favela de Nova Holanda, uma das dezesseis favelas que compõe o bairro da Maré, localizada na região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro e a favela do Pombal no município de São Gonçalo, região periférica do Estado do Rio de Janeiro. Lugares distintos em que se entrecruzam diferentes histórias da educação das classes populares que nos convidam a problematizar o caráter de resistência da cultura popular por meio do samba, do futebol, do teatro, dos movimentos sociais em diálogo com a escola e a vida das/nas classes populares brasileiras no Rio de Janeiro. Até o presente momento, a pesquisa vem mostrando os atravessamentos da cultura periférica nos processos formativos de professores/as e estudantes, entendendo esses espaços e os sujeitos que ali residem e atuam como agentes importantes na produção de um conhecimento emancipatório e comprometido com a transformação da sociedade. Palavras-chave: Histórias, Memórias, Formação Docente, Cotidiano Escolar e Classes Populares.

**Palavras-chave:** Histórias, Memórias, Formação Docente, Cotidiano Escolar, Classes Populares.

### INTRODUÇÃO

Introduzido a conversa

A Nova Holanda é um pedaço de terra

Que fica situado à beira

Tem um celeiro de bamba

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP/SG); Pós-Graduação lato sensu em Alfabetização de Alunos de Classes Populares pela Universidade Federal Fluminense; Pós-Graduação lato sensu em Psicopedagogia pela UNISUAM; Licenciatura em Pedagogia pela UNISUAM. Tel.: (21) 964097488; Email: [amarymagdallena@gmail.com](mailto:amarymagdallena@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP/SG, Procientista, Docente do Programa de Pós Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais ,Coordenadora do Grupo de Pesquisa :Alfabetização , Memórias, Formação Docente e Relações Étnico-Raciais (ALMEFRE). Coautor 1 Email [mairce\\_hotmail.com@email.com](mailto:mairce_hotmail.com@email.com);

Onde impera o samba  
Nosso lema é sambar  
A cantar, sinto orgulho em dizer  
A Nova Holanda para mim é um prazer  
(*Nova Holanda*, Dercinho Oliveira e Adevanir Oliveira).

A Nova Holanda é um pedaço de terra  
Que fica situado à beira  
Tem um celeiro de bamba  
Onde impera o samba  
Nosso lema é sambar  
A cantar, sinto orgulho em dizer  
A Nova Holanda para mim é um prazer  
(*Nova Holanda*, Dercinho Oliveira e Adevanir Oliveira).

A epigrafe deste texto são versos de um samba que faz parte de minhas lembranças desde muito pequena. Eles conseguem traduzir os sentidos que têm para mim a Nova Holanda, uma das dezesseis favelas que compõem o bairro da Maré, localizada na região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro, local onde nasci e cresci até a idade adulta.

Percebo até que o samba teve papel fundamental para a construção do meu olhar para a favela Nova Holanda, que se recusa a reconhecê-la como um lugar de faltas e de violência, como aparece diariamente nas páginas dos jornais e nos discursos hegemônicos que falam das favelas como o lugar do caos e da desordem, visão construída historicamente. Por isso, é imprescindível a compreensão da representação do lugar ocupado pela favela e seus moradores no imaginário da sociedade carioca a partir de um viés histórico.

Valladares (2005), professora e pesquisadora na área de Geografia Urbana e referência sobre estudos habitacionais e favelas, defende que a visão acerca da população mais pobre e seu lugar de habitação foi influenciada pelo trabalho do jornalista Euclides da Cunha, a partir da analogia estabelecida entre *Os sertões*<sup>3</sup>, o clássico da literatura brasileira, e as favelas cariocas, correlacionando

---

<sup>3</sup> *Os sertões* é uma das obras mais emblemáticas do escritor pré-modernista, jornalista e professor brasileiro, Euclides da Cunha (1866-1909), publicada em 1902. A obra regionalista narra os acontecimentos da sangrenta



os respectivos espaços populares e seus moradores: entre o povo pobre que ocupava os morros da cidade do Rio de Janeiro e o povoado baiano de Canudos:

Embora o livro de Euclides da Cunha seja posterior (1902) ao batismo do Morro da Providência como morro da Favella (1887), a marca da obra não pode ser descartada. Muito pelo contrário, foram as imagens fortes e impactantes transmitidas por *Os sertões* que permitiram aos nossos intelectuais entender e interpretar a favela emergente a marca de Canudos nesse momento fundador é, assim, incontestável. No entanto, é bom frisar, não foi simplesmente Canudos, não foi uma povoação de Canudos qualquer que desempenhou o papel de mito de origem da favela carioca. Foi o arraial de Canudos descrito em *Os sertões* de Euclides da Cunha. (VALLADARES, 2005, p. 9).

Assim, sendo reconhecidas como espaços populares, as imagens sobre as favelas foram construídas com base em estereótipos que circulam na sociedade, numa tentativa de desumanização, dominação e controle. Vistas como o lugar do pobre, as favelas precisam ser monitoradas para não trazer “problemas” para a cidade. O uso da narrativa com marcas preconceituosas também é uma ação política das classes dominantes para manter seus privilégios. No caso das favelas, a construção de uma imagem negativa e ameaçadora é favorável à manutenção de certa ordem social. Defendendo que a linguagem é um campo de batalha e disputa ideológica, Carboni e Maestri afirmam que o “domínio e a consciência crescentes do mundo material, espiritual e social deram-se por meio da linguagem, igualmente produto do processo de desenvolvimento histórico e biológico da humanidade” (2012, p. 11).

Contudo, se há um olhar estereotipado por parte da sociedade para a favela, há também outros olhares da favela para ela mesma ou os sujeitos que ali moram, vivem, sofrem, se divertem, amam; em síntese, constroem sua existência material, social, cultural, espiritual.

Como afirma Teves (1996), “é com base na situação existencial dos indivíduos e dos grupos [...] que se pode captar o sentido que tem para eles a vida naquelas condições” (p. 32).

Nomeadas/os como faveladas/os, excluídas/os, as/os moradoras/es das favelas parecem não se “encaixar” no que foi idealizado como uma cidade desenvolvida, moderna, educada. Essa ideia traz em si a semente da morte, da não valorização da vida. É como se as/os faveladas/os não fossem cidadãos/ãos, não pagassem seus impostos. O olhar moralizado predomina sobre esses espaços periféricos; favela muitas vezes se confunde com sexualidade, ignorância e perversão. Existe um prejulgamento de que a maioria da população da favela é envolvida e/ou conivente com o tráfico, com marginais ou criminosos, uma avaliação inúmeras vezes utilizada pelo poder público para “justificar” o uso da violência para reprimir a população que vive nesse território.

---

Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro (1830-1897), que ocorreu no Interior da Bahia, durante 1896 e 1897.



Narrar minhas histórias e memórias de *vidaformação* no processo da pesquisa representou para mim uma oportunidade de repensar o intenso processo formativo que vivi nesse território, trazendo à tona histórias outras que vão ficando na invisibilidade, não são ouvidas, quanto mais escritas. Espero que a minha pesquisa, implicada/comprometida em trazer olhares da favela construídos a partir da vivência cotidiana na favela possa contribuir para ampliar a visão da construção cotidiana da Nova Holanda.

A Nova Holanda, apesar da precariedade por ser ignorada pelo poder estatal como as demais favelas, me ensinou que os lugares não são (des)valorizados por si; tudo está em disputa o tempo todo. A forma de olhar, sentir e pensar a favela é estrutural, tem raízes históricas em uma sociedade escravocrata; ainda vão se completar 135 anos que foi abolida a escravidão no papel, a partir da Lei Áurea, que, apesar de assinada pela Princesa Isabel, foi fruto de muita resistência, luta e rebeliões da população negra. Uma população que, quase quatro séculos depois, continua a lutar pelos direitos básicos essenciais: à moradia, ao trabalho, à educação, à cultura, ao ir e vir, ao lazer em uma sociedade racista, machista e excludente.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (Pnad Contínua), dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos – são, portanto, a maioria da população. Os dados comprovam que negros e negras continuam sendo, majoritariamente, os/as mais pobres do Brasil, da “Pátria amada mãe gentil”, como cantado no Hino nacional, onde 72,7% das pessoas que vivem em situação de extrema pobreza no Brasil são negras e o salário médio da população negra no país é 2,4 vezes mais baixo do que o dos brancos. Além disso, 80% dos analfabetos brasileiros são negros, mais de 75,5% das vítimas de homicídios no país são pessoas negras na faixa etária de 15 a 29 anos e negros e negras compõem mais de 60% da população carcerária do país<sup>4</sup>.

Nesta sociedade racista e materialista, será possível construir outro entendimento sobre os espaços populares?

O último censo realizado pelo IBGE foi em 2010. Em decorrência da pandemia de Covid-19 e do corte de verbas previstas para a pesquisa, promovida por um governo negacionista, a atualização dos dados do censo sobre a população está atrasada em dois anos, com previsão de realização no ano corrente<sup>5</sup>. Em 2011, de acordo com Rodrigues, 22% da população do Rio de Janeiro viviam em favelas,

---

<sup>4</sup> Ver em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>, em <https://sintufri.org.br/2020/11/a-pobreza-no-brasil-tem-cor-ela-e-hegemonicamente-negra/> e em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/moradores-de-favelas-movimentam-r-1198-bilhoes-por-ano>.

<sup>5</sup> Lucas Martins, geógrafo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduando em Análise Ambiental e Gestão do Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, denuncia a gravidade da ação do governo federal ao inviabilizar a realização do censo. Diz ele: “é fundamental que se lute pela realização da pesquisa e pela valorização e fortalecimento do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e



percentual que correspondia a 1,3 milhão de pessoas. Os números mostram também que, enquanto a população do restante da cidade aumentou 3,4 vezes, a população de favela teve crescimento oito vezes maior, correspondendo a 27,5% da população.

Em 2014 foi divulgada uma pesquisa do Instituto Data Favela<sup>6</sup> revelando que a população das favelas do Rio, constituída por 2 milhões de pessoas, corresponderia ao sétimo maior município do Brasil, com uma população maior do que capitais como Manaus, Recife, Curitiba e Porto Alegre. Além disso, de acordo com a pesquisa, as/os moradoras/es das favelas cariocas têm renda anual de R\$12,3 bilhões e são responsáveis por 19% da renda dos brasileiros que moram em favelas; sua renda média mensal é de R\$ 965.

De acordo com a pesquisa, o Rio de Janeiro é o único estado da região Sudeste a ter mais de 10% de pessoas morando em favelas; sua população é bem jovem, já que a média de idade desses moradores é de 36 anos. A pesquisa também perguntou o nível de escolaridade dos moradores. No total, 3% não são instruídos e 27% possuem o ensino médio completo. A pesquisa aponta que 1% dos entrevistados completaram a faculdade e 4% possuem ensino superior incompleto. Ainda segundo os dados coletados pelo instituto, 94% das pessoas que moram nas comunidades se dizem felizes e otimistas<sup>7</sup>. O levantamento aponta ainda que dois terços não sairiam do lugar onde vivem, mesmo que sua renda dobrasse. É importante lembrar que esses dados são de 2014; no momento atual, 2021-2022, a inflação divulgada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em dois dígitos, com alta de 10,06%, o maior aumento desde 2015 (10,67%), e superou em muito o teto da meta de inflação (5,25%) – quando o projetado era de 3,75%.

O aumento do espectro da fome e o desemprego explodindo por todos os lados, dívidas e fome: efeitos da pandemia nas favelas vão muito além da doença. Possivelmente, o olhar otimista sobre a realidade já se modificou bastante...

A Nova Holanda é o meu lugar, da minha infância, dos meus sonhos e da minha esperança realista, esperança freiriana, esperança como verbo: “esperançar é se levantar, esperançar e ir atrás,

---

Estatística (IBGE), assim como outras instituições públicas de pesquisa, para que se garantam o levantamento e a divulgação de dados que possibilitam conhecer o contingente populacional, informações básicas para a orientação e implementação de políticas públicas para redução de desigualdades e promoção de bem-estar. E, se o caminho para alcançar essas metas é através de informações confiáveis, as tentativas de não realização da maior pesquisa sobre a população brasileira deve ser caracterizada como descaso e negação à garantia dos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente”. Ver em: <https://casafluminense.org.br/sem-orcamento-sem-censo-e-sem-festa-nos-85-anos-do-ibge/>.

<sup>6</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/com-2-milhoes-de-moradores-favelas-do-rio-seriam-7-maior-cidade-do-pais.html>.

<sup>7</sup> Ver em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/efeitos-da-pandemia-nas-favelas-vaio-muito-alem-da-doenca>.





esperançar e construir, esperançar e não desistir! Esperançar e levar adiante, esperançar e juntar se com outros para fazer de outro modo” (FREIRE, 1992, s. p.).

Narrar memórias pessoais e coletivas *com e na* favela me permitiu compreender melhor os acontecimentos que se fizeram experiências, “que me passaram, tocaram e, ao me passarem, me formaram e transformaram” (LARROSA, 2011). A narrativa escrita dessas memórias (re)acendeu sentimentos, revelou a força do sentir-se parte desse território.

No regaste das experiências que vivi na Nova Holanda, compreendo que, como tantas outras favelas do Rio de Janeiro, esta tem um trajeto histórico de luta confrontando estigmas e estereótipos em busca da reafirmação de seu território, como defendem Souza e Barbosa (2005). Penso hoje que a Nova Holanda não está sozinha nessa luta; importantes iniciativas têm sido feitas para chamar a atenção e propor outras formas de concepção dos espaços populares.

*Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*, livro publicado em 2012, foi o primeiro da coleção a tratar do processo de formação histórica da Maré. Segundo o trabalho, até aquele momento a Nova Holanda ainda tinha sido muito pouco estudada, não se encontravam facilmente referências bibliográficas sobre a comunidade. A proposta dos autores foi preencher essa lacuna e trazer contribuições para a construção de novos olhares para a favela e para as trajetórias dos/das moradores/as, visando igualmente construir metodologias que pudessem ser replicadas a outros espaços populares. O livro é resultado de uma pesquisa sobre memória de um grupo de moradores da favela Nova Holanda. Essa ação foi proposta pelas Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré), por intermédio do Núcleo de Memórias e Identidade da Maré (Numim).

Le Goff (2013), defendendo a importância da memória coletiva na constituição das sociedades, lembra que essa é uma questão crucial, pois a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (p. 469). Estando diretamente articulada à imagem de si que os grupos sociais querem delegar para as próximas gerações, a memória coletiva é parte da luta das forças sociais pelo poder.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 422).

O diálogo com o historiador francês reafirma a importância de iniciativas de sujeitos das classes populares por meio de publicar livros, reconstruir as suas histórias e construir a memória coletiva; foi nessa perspectiva que o livro foi produzido e publicado.

Segundo, Souza e Barbosa (2005), a Maré (acredito que pela localização de acesso ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, conhecido também como Aeroporto do Galeão) é o terceiro território mais estudado por pesquisadores/as de diversos campos do conhecimento acadêmico. Mas a maioria dessas



pesquisas ainda retrata um olhar de pesquisadores de fora da comunidade, que desconhecem a realidade do local.

As favelas colocam em questão o próprio sentido da nossa sociedade ao representar uma das mais contundentes expressões das desigualdades que marcam a vida social do país. Como afirmam Souza e Barbosa (2005), mesmo subjugados/as, os/as favelados/as “invadiram as praias”, “a favela está aí de olhos acesos, ‘barulhando’, produzindo riqueza, criando recursos para driblar as consequências dos desmandos de um país injusto, sofrendo as mais diversas violências, sobretudo a gerada pela ausência dos direitos humanos” (SOUZA; BARBOSA, 2005, p. 15).

A Nova Holanda foi criada pelo poder público para ser um centro de habitação provisório (CHP) no governo de Carlos Lacerda, na década de 1960, no antigo Estado da Guanabara; ele foi responsável pela política de remoção de várias favelas da cidade do Rio de Janeiro localizadas em áreas de grande interesse imobiliário.

A influência de um olhar higienista<sup>8</sup> para a população mais pobre, aliado à urgência da desocupação de áreas mais privilegiadas da cidade, onde se localizavam algumas favelas, também é parte da política habitacional. Víamos gente saindo e chegando toda hora à favela. Não sei bem como era a escolha para definir quem teria que ir primeiro, mas muita gente voltava porque não conseguia se manter no local para onde foi levada.

As memórias daqueles momentos se assemelham à saga contada por Conceição Evaristo, no seu livro *Beco de Memórias*.

Os sinais de morte que a pobreza exhibe todos os dias e também a certeza de que a expulsão para outros lugares mais distantes, talvez mais pobres ainda, concretizava-se com a presença dos caminhões, que chegavam de manhã e até tarde da noite levavam as famílias. A morte anunciada pela miséria [...], pois a extrema pobreza os acompanharia na nova morada (EVARISTO, 2006, p. 15).

Fui criada dentro dessa atmosfera, assistindo às partidas de futebol, aprendendo sambas nas rodas de samba, misturada às rodas de discussões pelas reivindicações e lutas em prol de nossas necessidades: habitação, saneamento, segurança pública, posse da terra, educação etc. Saí da Nova Holanda, mas a Nova Holanda não saiu de mim. As lembranças e memórias da vida na Nova Holanda estão extremamente ligadas à minha identidade pessoal e profissional. Ao escrever percebo com mais clareza que minha identidade é atravessada pelas vivências nesse território. As memórias das experiências vividas junto ao coletivo na Nova Holanda reafirmam a importância dos atravessamentos entre a vida pessoal e a vida profissional.

---

<sup>8</sup> O olhar higienista que chegou ao Brasil no século XIX tinha como preocupação central a saúde; convencionou-se chamá-lo de movimento higienista. As ideias higienistas serviram para escamotear as contradições impostas pela organização social do trabalho, revelando-se como equipamento a serviço da desigualdade social, revestidas por uma ideologia biológica do ser humano. Ver:



Benjamin (1987) ressalta a necessidade de compreensão do passado, não por ele ter passado, mas por aquilo que o passado contém do presente. Em suma, as minhas visões de mundo hoje, eu as tenho também muito em função do que vivi, das minhas raízes, do meu coletivo, mesmo não morando há muitos anos na Nova Holanda.

Meu pai conta que, ao sair da Favela do Esqueleto, teve como opção ir morar em Vila Kennedy, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, porém escolheu ir morar na Nova Holanda, mesmo sabendo que a realidade que encontraria seria composta por moradias produzidas com barracos de madeira, pois estava localizada mais próximo ao Centro da cidade do Rio de Janeiro. Papai narra<sup>18</sup> como foi chegada dele na Nova Holanda:

A chegada aqui era época de chuva, muita lama. Mas também foi época de alegria, porque ninguém foi forçado a vir pra cá, inclusive a gente podia escolher: Nova Holanda ou Vila Kennedy. Na ocasião, Vila Kennedy era alvenaria, aqui era madeira, mas pelo fato de ser mais perto da cidade, a gente achou melhor ficar na Nova Holanda (NOBREGA: BELFORT: RIBEIRO, 2012, p. 137).

Outras análises sobre o processo de remoção são trazidas por Souza e Barbosa (2005). Os autores relatam que os/as moradores/as foram removidos/as com brutalidade e que a drástica e involuntária mudança promovida pela política remocionista de Carlos Lacerda gerou muitos impactos negativos para os moradores, dentre eles o rompimento da rede social construída em anos de convivência, já que não poderiam mais contar com o apoio dos antigos amigos em relação à troca de favores; dificuldade para acesso ao trabalho, devido à distância e à falta de transporte. A narrativa a seguir, relatos de moradores removidos da favela, fala dos sentimentos de perda:

Aqui eu conheço meus vizinhos de nome, mas não somos amigos – meus velhos amigos estão longe. Aqui não fazemos mais passeios como tomar a barca de Paquetá, organizar piqueniques, ir à praia. Todos vivem isolados. Aqui não há clubes atléticos juvenis, nem clubes de futebol, nem samba, nem carnaval. Uma vez eles exibiram dois filmes e nunca mais.... As pessoas não se reúnem, cada um trata da própria vida (PERLMAN, 2002, p. 259-260, apud SILVA; BARBOSA, 2005).

O relato amoroso a respeito da remoção para a Nova Holanda, guardado na memória de meu pai em contraponto às críticas de outros/as moradores/as, nos remete à reflexão de Tavares (2008) sobre “o passado plural, que não pode ser reduzido a uma única forma e conteúdo. O passado como um território movediço, marcado pelos vários passados reconstruídos pelo trabalho interessado de quem o pesquisa” (p. 22).

Talvez por considerar essa multiplicidade de passados, Souza e Barbosa (2005) afirmam em sua pesquisa que “a política remocionista não considerou a voz, o sentimento nem a própria vida dos moradores das áreas ocupadas. Também foram ignorados todo o esforço e o capital despendido nas construções” (p. 47).

Mesmo morando no município do Rio do Janeiro, a capital do Estado, só entrei na escola pública em 1974, na primeira série, aos sete anos de idade. Lembro que, para conseguir uma vaga na escola, os





responsáveis tinham que dormir na fila a noite toda, e muitos não conseguiam porque não havia vaga para todos. Nessa época, a escola pública gozava de certo prestígio, e conseguir uma vaga era privilégio para poucos.

Sabemos que a democratização do ensino no Brasil é muito recente. Foi com a Constituição Federal de 1988 que se institucionalizou o acesso à educação como direito de todos/as os/as cidadãos/ãs. É importante destacar que a Educação passou a ser o primeiro dos direitos sociais (Art. 6º), reafirmando o dever do Estado com a Educação (Art. 205) e a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais (Art. 206), ampliando a gratuidade para o ensino médio, que antes era tratado como exceção. Antes da década de 80, poucos jovens conseguiam concluir o ensino médio e, conseqüentemente, dificilmente ingressavam no ensino superior, direitos esses adquiridos a partir da Constituição de 1988 e reafirmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que incluiu a educação infantil no sistema de ensino como primeira etapa da Educação Básica, retirando-a da assistência social. Tais dados nos permitem reconhecer os avanços, desde a década de 80, no que se refere à garantia da educação como direito.

No entanto, o sistema educativo persiste em não reconhecer a criança como um sujeito de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não é tema de estudos no nosso sistema educacional. Permanece forte nos currículos e nas políticas educacionais a concepção da educação como mercadoria e a lógica de escolarizar para incluir no mercado, como lembra Arroyo (2006).

As pessoas se esquecem de que a escolarização no país é recente. Praticamente passamos de uma geração sem escolaridade para outra de pessoas pós-graduadas. A maioria do professorado do ensino público de hoje tem pais com quatro anos de estudo. É um salto, em uma só geração, de uma baixa escolaridade para uma escolaridade superior. E isso obviamente produz um *gap*, uma falta, um abismo a ser preenchido, que tem a ver com cultura, com o domínio da escrita, um convívio com o mundo da escrita, com um conjunto de vivências que eles – e me incluo entre eles, os professores – não tiveram. Os professores fizeram o curso de graduação possível e, agora, os culpamos por toda condição histórica do país? Esse *gap* só pode ser preenchido ao longo do tempo. Eu, por exemplo, sou filho de analfabetos e virei titular de uma das mais importantes universidades do país, a Unicamp. Isso em uma geração só. Existe um conjunto de cultura clássica, por exemplo, que eu não domino. Só agora, depois de aposentado, é que estou conseguindo ler. Os professores do ensino básico têm os mesmos problemas (GERALDI, 2011, p. 24).

Assim como apontam Abreu (2021) e Geraldi (2011), também reconheço os abismos que vivenciam as classes populares em virtude da desigualdade de oportunidades; é por isso que resgatar nas minhas memórias a minha história com a leitura e as oportunidades que tive no investimento na docência se faz tão importante.

Cursei o ensino fundamental no final na década de 1970; era o regime militar, eu não tinha a menor consciência do que significava esse período macabro para nossa história. Como minha família

fazia parte da parcela mais pobre da sociedade, acredito que não tenha sido fácil para eles. Lembro que faltava luz constantemente. Não adiantava e nem mesmo tínhamos com quem reclamar, pois na favela não se pagava luz. Passávamos dias sem luz.

Meu pai, que era sambista, pobre e de periferia, foi preso uma vez porque não tinha carteira assinada e estava na rua fora da hora estabelecida<sup>9</sup>. Tínhamos uma pequena birosca (misto de mercearia e bar simples) de onde tirávamos o sustento de toda a família.

O medo que pairava no ar naquele contexto era bastante semelhante ao que voltamos a sentir mais recentemente no Brasil, que vem sendo nomeado como uma nova onda conservadora e fascista que se aproxima e se espalha pelo mundo. Pesquisando sobre fascismo, descobri que esse é um dos termos mais procurados no Google. Acredito que o tema desperte tal interesse em função do que tem sido apontado como sinais que antecedem a escalada do fascismo na sociedade: o nacionalismo exacerbado e a xenofobia, o desdém pelos direitos humanos e minorias com leis de direito trabalhista sendo suprimidas, gerando competitividade na classe trabalhadora, inversão de inimigos com causas unificadas, supremacia de militares e militarismo, sexismo desenfreado e descontrolado, religião e governo interligados, regimes fundamentalistas, descrença na ciência e para com os intelectuais, a cultura e as artes, obsessão por castigos e punição com altos índices de crimes violentos, corrupção e processos políticos fraudulentos com apoio de *fake news*, o ódio como política. O período que estamos vivendo tem me afetado profundamente. Cazusa alerta que “os meus inimigos estão no poder”. O Brasil enfrenta a maior crise de saúde pública da história, com mais de 670 mil mortes pela pandemia provocada pela Covid-19. Ao desafio da pandemia, o presidente da República Jair Bolsonaro responde com desinvestimento em políticas públicas, cortes de orçamento, ataque à ciência e à educação. Portador de discurso negacionista, o presidente atende diretamente aos interesses do capital, como analisam Araújo, Faria, Celestino e Souza (2021).

A crise humanitária provocada pela Covid-19 desvelou ao mundo o que, até então, estava escondido na fumaça cinzenta das ações dos governos capitalistas: colocar o mercado e o lucro em primeiro lugar e excluir as camadas populares dos direitos inerentes à cidadania. Vemos, hoje, Estados neoliberais, como o Brasil, que entendem os custos sociais como despesas e não como atendimento a direitos, ignorar protocolos e orientações dos organismos mundiais de Saúde e deixar a população, especialmente as/os mais pobres e vulneráveis, entregue à própria sorte (p. 279).

---

<sup>9</sup> No artigo *Meu samba é duro na queda: conversando com Bezerra da Silva sobre seletividade do sistema penal a partir de sua discografia*, Pinheiro (2015) analisou a obra musical desse que é um dos principais sambistas do Brasil, a fim de discutir a seletividade do sistema penal. Analisando a obra, Pinheiro mostra os sinais de preconceito racial na sociedade brasileira para ver como o negro está em permanente estado de suspeição e aborda a criminalização da pobreza no Brasil nas narrativas presentes nas músicas do sambista. O autor afirma ainda que o contexto de vulnerabilidade socioeconômica submete a vida de grande parte da população pobre e marginalizada a restrições, obstáculos e inacessibilidade de direitos, sujeita à violação da dignidade e integridade humana. “A criminalidade é uma etiqueta que é aplicada pela polícia, pelo Ministério Público e pelo tribunal penal, pelas instâncias formais de controle social” (HESSENER, apud PINHEIRO, 2015, p. 101-102). Ver: [https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/download/3094/2371#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20da%20composi%C3%A7%C3%A3o%20da,a%202%20\(dois\)%20anos](https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/download/3094/2371#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20da%20composi%C3%A7%C3%A3o%20da,a%202%20(dois)%20anos).



O reencontro com as histórias das escolas da Maré continua a nos desafiar a pensar nos desdobramentos da luta das classes populares pela sua inserção e permanência na escola. Darcy Ribeiro, no *Livro dos Cieps*, publicado em 1986, afirmava que “não fomos capazes, até hoje, de criar uma escola pública honesta, adaptada às necessidades da população brasileira” (1986, p. 11).

Trinta anos depois, podemos dizer que o fracasso das classes populares no processo de escolarização e, principalmente, no processo de aquisição de leitura e escrita não se explica, obviamente, pela falta de escolas nem pela falta de acesso, já que as escolas públicas brasileiras estão lotadas de crianças e jovens.

Como afirma Abreu (2021), em consonância com outros/as pesquisadores/as como Garcia (2012) e Araújo (2003),

as causas desse fracasso relativamente ao acesso ao universo letrado também não estão na prática do professor, pois existem excelentes profissionais da Educação em nosso país, principalmente nas escolas públicas municipais, estaduais e federais. Muitos são os esforços para superar esse quadro, mas o principal causador do baixo rendimento educacional das classes populares está na desigualdade social (p. 139).

Comecei a trabalhar em São Gonçalo na Escola Municipal Dr. Armando Leão Ferreira, e iniciei a pesquisa em curso. A referida escola foi inaugurada em 1993; fica localizada no 4º Distrito desse município. Situa-se na Rua Mario Quintão, s/nº, Porto Novo, São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Um primeiro esboço do retrato da escola foi elaborado como parte da investigação que resultou na monografia *Agora, pegue um livro e leia. Isso vai te ajudar na leitura da vida! Investigando os caminhos e descaminhos da alfabetização no cotidiano escolar*.

A escola foi construída para atender à comunidade Conjunto Democrático, que se originou a partir da necessidade de abrigar parte dos moradores oriundos da Favela do Gato, no bairro do Gradim, cujas casas foram desapropriadas para a construção da BR-101. A construção do trecho rodoviário Niterói-Manilha, Rodovia Gov. Mário Covas, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, provocou grandes transformações nos lugares por onde passou, durante o período em que a rodovia foi construída, na década de 1980. Idealizada para margear a Baía de Guanabara, a rodovia objetivava viabilizar o fluxo de trânsito interno entre as cidades de Niterói e São Gonçalo/RJ. Em seu estudo sobre as transformações ocorridas nos lugares por onde passou a rodovia, Araújo (2014) relata que, para a construção das duas pistas, dos aproximados 25km do trecho da rodovia, com duas faixas de tráfego cada uma, morros vieram abaixo, canais foram dragados, manguezais cortados e aterrados e foram desapropriados 1.055 (mil e cinquenta e cinco) áreas de terrenos, incluindo as benfeitorias, que se localizavam no trecho da Niterói-Manilha. O poder público deslocou famílias e fez desaparecer ruas que estavam na faixa de domínio da rodovia, principalmente no município de São Gonçalo, onde se situa o maior trecho da estrada. Além das famílias que possuíam terras regulares, havia outras que ocupavam áreas onde a estrada seria construída, mas não detinham qualquer documento legal de propriedade da terra, como os moradores da Favela do Gato, localizada no bairro do Gradim, em São Gonçalo-RJ. (ARAÚJO, 2014, p. 1). Sobre os moradores da Favela do Gato, cuja origem do nome pode estar relacionada às



ligações clandestinas de residências com rede elétrica, os “gatos de luz”, a pesquisadora, baseada em autores como Bienenstein (2001), afirma que as primeiras famílias chegaram ao local na década de 1940. Essas terras eram pertencentes à Marinha e estavam sob a guarda do Serviço de Patrimônio da União (SPU). Nos períodos seguintes, parentes e amigos, além de outros pescadores, foram chegando e ocupando terras próximas às dos primeiros moradores. Chegaram também famílias deslocadas de outros lugares pelos processos de expansão industrial. Essas famílias é que foram deslocadas pela construção da estrada e foram realocadas na comunidade Conjunto Democrático. O Conjunto Democrático, mais conhecido como Pombal, vem, ao longo dos anos, passando por transformações, desde a fonte de renda, que era inicialmente a pesca, até a população que chega hoje, vinda dos mais diversos locais, trazendo na bagagem necessidades e interesses diversos. A favela do “Pombal” cresceu e hoje possui várias ruas, vielas e muitas casas, lojas, mercados, a escola e comércio diverso. Houve um aumento populacional perceptível a olhos nus, porém o índice de escolaridade da sua população ainda é muito baixo, de certa forma, confirmando os números mais amplos de escolaridade dos gonçalenses<sup>10</sup>. Nos noticiários policiais, a favela do “Pombal” vem ganhando destaque, o local infelizmente é conhecido pelo tráfico de drogas; adolescentes são constantemente autuados. A polícia costuma fazer batidas violentas e rotineiramente. A falta de oportunidades de trabalho e lazer e a precariedade da situação das famílias, inúmeras vezes, tem contribuído diretamente para a inserção de ex-alunos/as na ilegalidade. Mesmo com todo esse contexto local, existe um bom relacionamento da comunidade com a escola. Os/as moradores/as gostam de jogar bola na quadra coberta. Quando eram proibidos de entrar para usar o espaço da escola, pulavam o muro, o que acabou danificando o telhado da escola. Percebemos no cotidiano que há um reconhecimento por parte da comunidade do comprometimento da escola com a educação. Algumas parcerias expressam essa confiança: um grupo de capoeira e uma academia de jiu-jitsu dão aulas para as crianças, no contraturno, gratuitamente (2019 p

Percebo que algumas marcas que foram definidoras do meu *pensar/fazer* docente, que se entrelaça como o meu *pensar/fazer* sobre o mundo e a sociedade. Marcas que foram alimentando os questionamentos que levaram à escrita da dissertação: como me tornei professora? Como as experiências com a educação/escolarização das classes populares foi me movendo e formando ao longo de minhas trajetórias de *vida/formação*?

A investigação e a escrita do caminho percorrido até aqui delinearam questões que inspiram o desdobramento deste trabalho: investigar os processos formativos de professores/as e estudantes que moram em área de vulnerabilidade social, em diálogo com os meus próprios processos formativos. Que sentidos os projetos que acontecem na escola têm para professores/as e estudantes? Tais projetos contribuem para ampliar a compreensão sobre as tensões sociais? Ajudam a organizar a luta coletiva por melhores condições de vida da população?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Alessandra da Costa. **YouTube e narrativas de jovens leitores: artes para escapar das imposições dos cânones escolares**. 2021. 229f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ARAÚJO, M da S. Cenas do cotidiano de uma escola pública: olhando a escola pelo avesso.



- ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio (org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/MEC-Secad/Unesco, 2006. p. 1
- BRANDÃO, Carlos R. Ousar utopias: da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: AZEVEDO, José Clóvis de; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa; SIMON, Kátia (orgs.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS/SME, 2000. p. 449-462.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALDART, Roseli S. **A pedagogia da luta pela terra**: o movimento social como princípio educativo. 23ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. Caxambu: Anped, 2000.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. **A linguagem escravizada**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização**: Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GERALDI, W. Bakhtin é pano de fundo para crítica ao modelo neoliberal de educação. **Encontros Possíveis**, out. 2011.
- HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do Direito Penal**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris,
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2
- LUFT, Lya. (2010), "Crucificar Monteiro Lobato?". *Veja*, 6 de novembro
- MOREIRA, Phellipe Patrizi. **“A batucada que se espalha nesse chão”**: narrativas docentes, samba e educação antirracista. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.
- NÓBREGA FILHO, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; RIBEIRO, Paula. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.
- VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.